

**XXII - NÃO SEPAREIS
O QUE DEUS
JUNTOU**

O EVANGELHO SEGUNDO O ESPIRITISMO

CAPÍTULO XXII - NÃO SEPAREIS O QUE DEUS JUNTOU

Indissolubilidade do casamento

1. Também os fariseus vieram ter com ele para o tentarem e lhe disseram: Será permitido a um homem despedir sua mulher, por qualquer motivo? Ele respondeu: Não lestes que aquele que criou o homem desde o princípio os criou macho e fêmea e disse: - Por esta razão, o homem deixará seu pai e sua mãe e se ligará à sua mulher e não farão os dois senão uma só carne? - Assim, já não serão duas, mas uma só carne. Não separe, pois, o homem o que Deus juntou. Mas, por que então, retrucaram eles, ordenava Moisés que o marido desse à sua mulher um escrito de separação e a despedisse? - Jesus respondeu: Foi por causa da dureza do vosso coração que Moisés permitiu despedísseis vossas mulheres; mas, no começo, não foi assim. - Por isso eu vos declaro que aquele que despede sua mulher, a não ser em caso de adultério, e desposa outra, comete adultério; e que aquele que desposa a mulher que outro despediu também comete adultério. (S. MATEUS, cap. XIX, vv. 3 a 9.)

2. Imutável só há o que vem de Deus. Tudo o que é obra dos homens está sujeito a mudança. As leis da Natureza são as mesmas em todos os tempos e em todos os países. As leis humanas mudam segundo os tempos, os lugares e o progresso da inteligência. No casamento, o que é de ordem divina é a união dos sexos, para que se opere a substituição dos seres que morrem; mas, as condições que regulam essa união são de tal modo humanas, que não há, no inundo inteiro, nem mesmo na cristandade, dois países onde elas sejam absolutamente idênticas, e nenhum onde não hajam, com o tempo, sofrido mudanças. Daí resulta que, em face da lei civil, o que é legítimo num país e em dada época, é adultério noutro país e noutra época, isso pela razão de que a lei civil tem por fim regular os interesses das famílias, interesses que variam segundo os costumes e as necessidades locais. Assim é, por exemplo, que, em certos países, o casamento religioso é o único legítimo; noutros é necessário, além desse, o casamento civil; noutros, finalmente, este último casamento basta.

3. Mas, na união dos sexos, a par da lei divina material, comum a todos os seres vivos, há outra lei divina, imutável como todas as leis de Deus, exclusivamente moral: a lei de amor. Quis Deus que os seres se unissem não só pelos laços da carne, mas também pelos da alma, a fim de que a afeição mútua dos esposos se lhes transmitisse aos filhos e que fossem dois, e não um somente, a amá-los, a cuidar deles e a fazê-los progredir. Nas condições ordinárias do casamento, a lei de amor é tida em consideração? De modo nenhum. Não se leva em conta a afeição de dois seres que, por sentimentos recíprocos, se atraem um para o outro, visto que, as mais das vezes, essa afeição é rompida. O de que se cogita, não é da satisfação do coração e sim da do orgulho, da vaidade, da cupidez, numa palavra: de todos os interesses materiais. Quando

tudo vai pelo melhor consoante esses interesses, diz-se que o casamento é de conveniência e, quando as bolsas estão bem aquinhoadas, diz-se que os esposos igualmente o são e muito felizes não de ser.

Nem a lei civil, porém, nem os compromissos que ela faz se contraíam podem suprir a lei do amor, se esta não preside à união, resultando, freqüentemente, separem-se por si mesmos os que à força se uniram; torna-se um perjúrio, se pronunciado como fórmula banal, o juramento feito ao pé do altar. Daí as uniões infelizes, que acabam tornando-se criminosas, dupla desgraça que se evitaria se, ao estabelecerem-se as condições do matrimônio, se não abstraísse da única que o sanciona aos olhos de Deus: a lei de amor. Ao dizer Deus: "Não sereis senão uma só carne", e quando Jesus disse: "Não separeis o que Deus uniu", essas palavras se devem entender com referência à união segundo a lei imutável de Deus e não segundo a lei mutável dos homens.

4. Será então supérflua a lei civil e dever-se-á volver aos casamentos segundo a Natureza? Não, decerto. A lei civil tem por fim regular as relações sociais e os interesses das famílias, de acordo com as exigências da civilização; por isso, é útil, necessária, mas variável.

Deve ser previdente, porque o homem civilizado não pode viver como selvagem; nada, entretanto, nada absolutamente se opõe a que ela seja um corolário da lei de Deus. Os obstáculos ao cumprimento da lei divina promanam dos prejuízos e não da lei civil. Esses prejuízos, se bem ainda vivazes, já perderam muito do seu predomínio no seio dos povos esclarecidos; desaparecerão com o progresso moral que, por fim, abrirá os olhos aos homens para os males sem conto, as faltas, mesmo os crimes que decorrem das uniões contraídas com vistas unicamente nos interesses materiais. Um dia perguntar-se-á o que é mais humano, mais caridoso, mais moral: se encadear um ao outro dois seres que não podem viver juntos, se restituir-lhes a liberdade; se a perspectiva de uma cadeia indissolúvel não aumenta o número de uniões irregulares.

O divórcio

5. O divórcio é lei humana que tem por objeto separar legalmente o que já, de fato, está separado. Não é contrário à lei de Deus, pois que apenas reforma o que os homens não fizeram e só é aplicável nos casos em que não se levou em conta a lei divina. Se fosse contrário a essa lei, a própria Igreja seria obrigada a considerar prevaricadores aqueles de seus chefes que, por autoridade própria e em nome da religião, não imposto o divórcio em mais de uma ocasião. E dupla seria aí a prevaricação, porque, nesses casos, o divórcio há objetivado unicamente interesses materiais e não a satisfação da lei de amor.

Mas, nem mesmo Jesus consagrou a indissolubilidade absoluta do casamento. Não disse ele: "Foi por causa da dureza dos vossos corações que Moisés permitiu despedísseis vossas mulheres?" Isso significa que, já ao tempo de Moisés, não sendo a afeição mútua a única determinante do casamento, a separação podia tornar-se

necessária. Acrescenta, porém: "no princípio, não foi assim", isto é, na origem da Humanidade, quando os homens ainda não estavam pervertidos pelo egoísmo e pelo orgulho e viviam segundo a lei de Deus, as uniões, derivando da simpatia, e não da vaidade ou da ambição, nenhum ensejo davam ao repúdio.

Vai mais longe: especifica o caso em que pode dar-se o repúdio, o de adultério. Ora, não existe adultério onde reina sincera afeição recíproca. É verdade que ele proíbe ao homem desposar a mulher repudiada; mas, cumpre-se se tenham em vista os costumes e o caráter dos homens daquela época. A lei moisaica, nesse caso, prescrevia a lapidação. Querendo abolir um uso bárbaro, precisou de uma penalidade que o substituísse e a encontrou no opróbrio que adviria da proibição de um segundo casamento. Era, de certo modo, uma lei civil substituída por outra lei civil, mas que, como todas as leis dessa natureza, tinha de passar pela prova do tempo.

OS QUATRO EVANGELHOS - TOMO III

MATEUS, Cap. XIX, vv. 1-9 - MARCOS, Cap. X, vv. 1-9

Divórcio. - Casamento

MATEUS: V. 1. Tendo acabado de dizer essas coisas, Jesus deixou a Galiléia e foi para os confins da Judéia, além Jordão. - 2. Grandes multidões o acompanharam e ali curou ele os doentes. - 3. Dele se acercaram os fariseus e para o tentarem lhe perguntaram: E lícito ao homem repudiar sua mulher por qualquer causa? - 4. Respondeu Jesus: Não tendes lido que aquele que no princípio criou o homem o criou macho e fêmea e disse: - 5. Por isto o homem deixará pai e mãe e se unirá à sua mulher e serão dois numa só carne? - 6. Assim, já não são dois, mas uma só carne. Não separe, pois, o homem o que Deus uniu. - 7. Replicaram eles: Como é então que Moisés mandou que desse carta de repúdio à mulher e a despedisse? - 8. Respondeu Jesus: Por causa da dureza de vossos corações é que Moisés vos permitiu repudiásseis vossas mulheres; mas, no princípio não foi assim. - 9. Eu, porém, vos digo que aquele que repudiar sua mulher, a não ser por motivo de adultério, e casar com outra, comete adultério, assim como aquele que casar com uma mulher repudiada, também comete adultério.

MARCOS: V. 1. Dali partindo, veio Jesus para os confins da Judéia, além Jordão; de novo as multidões se reuniram em torno dele, que recomeçou a ensiná-las, como costumava. - 2. Chegaram então alguns fariseus e para o tentarem lhe perguntaram: E lícito a um homem repudiar sua mulher? - 3. Ele, respondendo, perguntou: Que vos prescreveu Moisés? - 4. Responderam-lhe eles: Moisés permitiu despedir a mulher, dando-lhe carta de repúdio. - 5. Jesus lhes replicou: Por causa da dureza de vossos corações é que Moisés vos escreveu esse mandamento. - 6. Porém, desde o princípio do mundo, Deus os fez macho e fêmea. - 7. Por essa razão o homem deixará pai e mãe e se ligará à sua mulher. - 8. E serão dois numa só carne. Assim, já não são dois, mas uma só carne. - 9. Não separe, pois, o homem o que Deus uniu.

N. 231. Já vos demos (1º vol., n. 84, página 432) algumas explicações sobre a união do homem e da mulher. Chegou o momento de as completarmos.

Em resposta às duas questões que sucessivamente lhe propuseram os fariseus, Jesus, dando aos homens um ensinamento, se externa, de modo velado, sobre a união do homem e da mulher, do ponto de vista da lei divina e do das leis humanas, das leis civis. Respondendo à primeira pergunta, que lhe dirigiram nestes termos: "É lícito ao homem repudiar sua mulher, por qualquer causa?" diz ele aos fariseus :

"Não tendes lido que aquele que no princípio criou o homem o criou macho e fêmea" e que disse: "Por isto, o homem deixará pai e mãe e se unirá à sua mulher e serão dois numa só carne?"

E acrescentou : "Assim, já não são dois, mas uma só carne. Não separe, pois, o homem o que Deus uniu."

Proferindo essas palavras, Jesus atendia ao presente e preparava o futuro. Só como conseqüência e efeito da depuração moral da humanidade, elas se cumprirão integralmente. Por enquanto, continuam sendo palavras ditas para o futuro. As forças da civilização e do progresso vos têm preparado para essa obra de depuração moral. O progresso se operou penosamente, lentamente, mas operou-se. Aproximam-se os tempos, se bem estejam ainda muito distantes - em que o homem não mais terá que separar o que Deus uniu.

Cada revelação, como sabeis, apropriada sempre ao estado das inteligências e às necessidades da época, tem por objeto e por efeito servir ao presente e preparar o futuro. O véu que cobre cada uma delas tem que ser sucessiva e progressivamente levantado pelas que se lhe seguirem.

Assim, à vossa humanidade foi dado o que ela então podia suportar. Dá-se-lhe atualmente o que suportar ela pode e o que puder ir suportando lhe irá sendo dado, na proporção do desenvolvimento do seu progresso moral e intelectual, até ao dia em que Jesus, vosso protetor, governador e mestre, Espírito da Verdade, como complemento e sanção desta, vo-la vier mostrar sem véu.

A revelação que trazemos vos vem explicar e tornar compreensíveis, em espírito e verdade, o sentido e o alcance das palavras do Cristo.

Já nos ns. 55, 56 e seguintes vos fizemos notar o caráter emblemático da criação segundo a Gênese. A formação do homem e da mulher, saindo uma e outro das mãos do Criador, como das do oleiro saem as estatuetas de barro, é apenas um emblema representativo da união íntima do macho e da fêmea. Figurou-se que só os dois foram criados, a fim de se não separarem.

Moisés, por intuição e revelações mediúnicas, conhecia a origem da alma. Inspirado e guiado pelos Espíritos superiores, revelou, veladamente, o que sabia da origem humana. Apresentando o homem e a mulher como saídos das mãos do Criador, dava maior importância, quer à obra, quer à queda dos dois e rasgava imensos horizontes ao desejo de coisa melhor. Dizendo que Deus criou à sua imagem o homem e que o criou macho e fêmea, realçava-os a seus próprios olhos', dava-lhes a aspiração do bem, a consciência do que poderiam ser. Ele conhecia, repetimos, a origem da alma, sabia que esta, saída pela vontade de Deus do princípio universal, tem que chegar, progredindo incessantemente, a um estado de pureza que, por assim dizer, a assimila ao Criador.

Lembrando as palavras emblemáticas da Gênese e acrescentando: "Assim, já não são dois, mas uma só carne; não separe, pois, o homem o que Deus uniu", mostra

Jesus o caráter de indivisibilidade de que, segundo a lei divina, se deve revestir a união do homem e da mulher, para cumprirem os dois, em comum, unidos os corpos e as almas, todos os deveres decorrentes dessa união na peregrinação terrena.

A lei divina não é somente de ordem material, é também de ordem moral. O casamento, sob o ponto de vista da natureza humana, não é mais do que a união de dois corpos para a reprodução. Não se entreguem eles ao deboche, não se maculem, sofram a ação das leis animais da natureza a que pertencem, e a justiça do Senhor não os atingirá.

Mas, ao lado da lei divina de ordem material, que instituiu a união livre dos sexos para cumprimento da de reprodução em todos os reinos da natureza, está a lei divina de ordem moral, isto é, a lei do amor, que vedes a se executar em todos os reinos da natureza, de acordo com a do progresso. No reino animal, observareis aquela lei afirmando-se primeiramente sob a forma da promiscuidade; depois, manifestando em certas espécies os sinais precursores da união íntima dos corpos e das almas e, portanto, do cumprimento destas palavras da Gênese, relativas ao homem e à mulher: Serão dois numa só carne.

A união do homem e da mulher virá a ser ao mesmo tempo livre e indissolúvel, de conformidade com o sentido que, em espírito e em verdade, têm aquelas emblemáticas palavras da Gênese, lembradas por Jesus aos fariseus. Tal união virá a ser ao mesmo tempo livre e indissolúvel perante Deus, de acordo com a lei natural, pela união inalterável e solidária dos corpos e das almas. E dará livremente frutos de justiça e de castidade, sob a ação da lei do amor, praticando os dois que assim se unirem, ambos criaturas independentes, livres e responsáveis, todos os deveres que lhes impõem, tanto o estado conjugal, quanto a paternidade e a maternidade com relação aos Espíritos que encarnarem como seus filhos, para se submeterem a novas provas.

A esta outra pergunta dos fariseus:

"Como é então que Moisés mandou que desse carta de repúdio à mulher e a despedisse?"

Jesus respondeu:

"Por causa da dureza de vossos corações é que Moisés vos permitiu repudiásseis vossas mulheres; mas no princípio não era assim."

A princípio, a carta de divórcio só podia ser dada à mulher estéril, por ser a esterilidade considerada uma deformidade oculta.

Em tempos mais remotos, quando a ambição, o desejo de acumular riquezas ainda não escravizavam o homem, pouco lhe importava que a sua companheira fosse ou não estéril. Ele satisfazia às exigências da animalidade e nada mais buscava.

Quando se lhe fez sentir a necessidade de formar sociedade, quando os povos pastores surgiram, ou, pelo menos, quando se desenvolveram, a multiplicidade dos filhos se tornou uma riqueza. A partir de então é que a mulher estéril começou a ser perseguida, mesmo eliminada.

À vista dos abusos a que dava lugar esse anseio pelo aumento das populações, Moisés autorizou o divórcio, se bem que nessa época não existissem mais os motivos que faziam outrora desejada a multiplicidade dos filhos. É que o homem, orgulhoso de tudo, entrara a considerar como mérito seu, pessoal, o lhe dever a vida maior ou menor número de entes humanos. A mulher estéril passou, pois, a ser vítima de todos os maus tratos.

Cumprindo, porém, evitar a dissolução legal dos costumes, praticada abusivamente à sombra da carta de divórcio, porquanto cada homem se acreditava no direito de tomar e abandonar uma mulher logo que houvesse saciado a sua luxúria, Jesus pronunciou estas palavras que, como todas as que proferiu, tinham que produzir frutos no futuro:

Eu, porém, vos digo que aquele que repudiar sua mulher, a não ser por motivo de adultério, e casar com outra comete adultério, assim como também comete adultério aquele que casar com uma mulher repudiada."

Ainda agora, entre vós outros, homens civilizados, mas não depurados, a carta de divórcio, se fosse dada arbitrariamente, ao capricho do homem, não constituiria um pretexto para a libertinagem, uma fonte de dissolução legal dos costumes?

Dizendo que se não separasse o que Deus unira, o Cristo cortou cerce o abuso do século em que desceu à Terra e pôs óbice à corrupção dos séculos que se seguiriam. Mas, ele não condenou dois Espíritos antipáticos a se desencaminharem reciprocamente.

De acordo com a lei divina, não deveis constranger fisicamente dois Espíritos antipáticos a se acotovelarem diariamente. Mas, também não se deve aproveitar dessa faculdade como pretexto para o desregramento. Isto em nada contraria as palavras de Jesus. Ele disse: "Não separeis o que Deus uniu". Porém, não disse: Forçai a viver em comum os que não se podem aproximar sem se excitarem mutuamente à prática de faltas, transgredindo a lei de caridade.

O divórcio não pode existir e não existe perante o Senhor, senão quando um Espírito, pelos seus exemplos ou palavras, impele ao mal um outro com quem antipatize, porque então, na ordem moral, há adultério. Os corpos do homem e da mulher nada valem aos olhos do Senhor, no sentido de que Deus, ao formar o homem e a mulher, cogitou do espírito e não do corpo, mero instrumento, para aquele, das suas provações terrenas, na senda da reparação e do progresso. O Espírito, portanto, é que o homem e a mulher devem preservar de máculas. Sendo um ou outra adúltero, não induz o Espírito que lhe está unido a cometer falta idêntica e isso quer o primeiro seja adúltero,

isto é, violador da lei de Deus, de corpo, por entregar-se aos abusos da carne, quer o seja de espírito, por transgredir, com seus exemplos e palavras, a lei de justiça, de amor e de caridade? Não será melhor separar os galhos da árvore do que deixar que esta dê maus frutos?

Notai que entre vós o casamento perde todo o caráter sagrado que deve ter e não passa, na maioria dos casos, da execução de um contrato comercial, no cumprimento de cujas obrigações as duas partes contratantes se mostram mais ou menos escrupulosas.

Ele está submetido a legislações humanas, a leis civis, derivadas da missão terrena de Jesus, como das que Moisés deu ao povo hebreu. Mutáveis, por natureza, como tudo o que, na ordem moral e intelectual, emana da vossa humanidade essencialmente perfectível, essas leis variam de conformidade com os tempos, com os lugares e com o progresso das inteligências. Têm por objeto reprimir, corrigir os abusos e fazer-vos avançar. Essa obra progressiva, mau grado às oscilações, ou às resistências reacionárias, se executa, sob os auspícios das sucessivas revelações, pela impulsão, oculta ou patente, consciente ou inconsciente, que lhe dão os Espíritos do Senhor, providência de Deus entre vós, e os Espíritos encarnados em missão.

Até aos vossos dias se não sucedido as leis civis sobre o divórcio e o casamento, emanadas da renovação social de 1789, que foi um dos mais gloriosos passos da humanidade na estrada do progresso. Elas sofreram as inevitáveis variações devidas sempre à luta incessante entre as influências progressistas e as influências reacionárias, mas a lei do progresso é imutável, como tudo o que vem de Deus.

A lei sobre o casamento precisa ser, depois de profunda meditação, refeita nos moldes da lei natural perante Deus. Mas, para isso, cumpre que as paixões e a cupidez do homem tenham cedido lugar a sentimentos mais elevados. Cumpre que a missão do homem e da mulher seja compreendida no que tem de santo e de grande aos olhos do Senhor. Cumpre que homem e mulher compreendam os deveres imensos que assumem, quando aceitam a responsabilidade do casamento, deveres sagrados aos quais não lhes é permitido esquivar-se, deveres cuja satisfação Deus protege com o seu amor, porque eles consagram as leis da natureza.

A sociedade, porém, está ainda muito submetida aos preconceitos, aos abusos, aos vícios, para que semelhante reforma se possa realizar. Entretanto, cada dia traz o seu grão de areia, que se sobrepõe ao precedente. E esses grãos de areia acabarão por formar uma muralha impenetrável aos vícios da humanidade. Esperai, pois, que o progresso se opere, não vos arrisqueis, com o apressá-lo demasiado, a destruir o bem adquirido.

Homens, tornai-vos o que deveis ser - filhos do Senhor. Suas bênçãos então descerão sobre vós e não mais tereis que separar o que Deus uniu.

Sim, a união do homem e da mulher tem que ser e será o que, em nome do Senhor, Moisés veladamente anunciou, declarando: "Serão dois numa só carne", palavras estas que o Cristo sancionou, dizendo: "Assim, já não são dois, mas uma só

carne; não separe, pois, o homem o que Deus uniu."

Como consequência e resultado da vossa depuração moral e sob a influência espírita, o casamento tem que ser e será uma escolha livre, aceita livremente diante de Deus e que livremente se manterá até à morte de um dos cônjuges, Será um acordo e um apoio mútuos, que nada poderá romper. Será um concurso nas provações e a firme vontade de, mesmo depois de interrompido na Terra, conservá-lo na erraticidade e nessa vida, para vós futura, na qual, como o disse Jesus, não há "marido e mulher", porquanto a união contraída na Terra constituirá um laço forte a unir, na eternidade, os que o formaram por uma simpatia para sempre inalterável.

Durante largo tempo, a bênção religiosa foi o único ato de consagração do casamento e ainda o será. Nas épocas anteriores à vinda de Moisés, nessas épocas remotas, os pais e os esposos invocavam a bênção do Senhor. Nos tempos hebraicos, que se seguiram àquela vinda, até ao aparecimento de Jesus na Terra, já se tendo estabelecido um formalismo patriarcal, a bênção religiosa tomou um caráter mais ostensivo. Fazia-se mister convidar os parentes e os amigos. Começou aí o orgulho do brilhantismo das núpcias.

Após o advento do Cristo, a bênção nupcial, nos primeiros tempos do Cristianismo, naquela época da revivescência da fé, revestiu caráter mais religioso. O sacerdote implorava para os jovens nubentes a bênção do Pai de todas as criaturas. Mas, pouco a pouco, esse uso degenerou em hábito. O sentimento da fé viva, que reunia na Igreja todos os que se interessavam pelos noivos, com o fim de, juntando suas preces, torná-las mais poderosas, cedeu lugar à sede do fausto, ao orgulho do luxo e da ostentação, corruptor de todos os sentimentos da humanidade.

As núpcias se tornaram ensejo para festas, para exposição de riquezas. Ninguém mais se preocupava com a simpatia dos assistentes, com o fervor das preces que dirigiriam ao protetor do fraco. Passou-se a escolher os convivas dentre os felizes. A bênção do sacerdote se tornou mera formalidade.

No período, em que ides entrar, se bem se ache ele ainda muito distante, o homem será levado a invocar, no silêncio da natureza e na sinceridade da consciência, para si e para a sua companheira, as bênçãos do Senhor, pedindo com humildade a graça de suportarem corajosamente as provas, a força de se elevarem moralmente, mais do que materialmente, a si e aos filhos que lhes incumbirá encaminhar na vida. Mas, para isso, nada de fausto, nada de ruído; apenas as preces dos pais, dos amigos escolhidos, o silêncio e a sombra, a pureza do coração e a esperança em Deus.

A união do homem e da mulher será então, perante Deus, de conformidade com a lei natural, ao mesmo tempo a união livre de dois corpos para a reprodução e a união indissolúvel de dois Espíritos pelo laço divino da lei do amor.

Oh! homens orgulhosos dos vossos costumes, da vossa sociedade, quão velha e horrenda ela é! quão pouco tem os méritos que lhe supondes! Múmia coberta de relíquias douradas e que oculta sua podridão e suas vergonhas sob farrapos de rendas e seda!

Todavia, ainda por muito tempo será assim, pois que só gradual e progressivamente a humanidade será levada ao nível de depuração moral em que o Espírito, purificado, não precisará mais de freios, porquanto buscará espiriticamente a companheira que lhe convenha e, guiado pelo amor e pela caridade, não mais se desfará dela como de um objeto que se torne sem serventia.

Qual dentre vós não cederia à tentação da luxúria? Qual dentre vós se mostraria bastante forte sobre si mesmo para não abandonar a mãe de seus filhos por um capricho de ocasião? Qual dentre vós, mulheres tão orgulhosas das vossas virtudes, a que se achará isenta do desejo de uma mudança?

A ignorância e a seqüestração, de um lado, e, de outro, o excesso de liberdade e a desmoralização, tais os fundamentos das vossas torpezas.

Compreendeis agora que se faz mister passem sobre vós muitos séculos para polir todos esses calhaus que resvalaram na lama e para fazer sair deles o diamante que há de brilhar ao sol?

N. 232. Qual deveria ser a regra de conduta dos espíritas a quem fosse recusada a bênção religiosa de acordo com o culto externo da seita no seio da qual a reencarnação os tivesse feito nascer?

Que necessidade tendes dos homens para a invocação da bênção religiosa, que eles vos recusam? Rendei homenagem ao Criador, implorai a sua bênção e esta descerá sobre vós. Estais cercados de levitas - os bons Espíritos, os mensageiros divinos, sempre prontos a vo-la dar em nome do Senhor.

Já vos dissemos : De conformidade com a lei natural e abstração feita de qualquer formalismo religioso, o casamento, aos olhos de Deus, consiste no acordo livre, livremente aceito e, até à morte de um dos cônjuges, mantido pela união dos dois corpos para a reprodução e pela das almas para a execução da lei de amor e de caridade e cumprimento de todos os deveres que aquela união lhes impõe reciprocamente e com respeito aos filhos, que ambos terão de encaminhar na vida.

Importa, porém, não esquecer que o fruto, seja qual for, só é bom quando maduro. Ora, comquanto vosso Pai não julgue os atos humanos como vós os julgais, evitai o escândalo. Conformai-vos, tanto quanto seja humanamente possível, com as leis que vos regem, assim no que concerne à bênção religiosa, como com relação ao casamento na ordem civil. Ficai certos de que essas leis se modificarão quando as vossas naturezas se houverem modificado. Pretender hoje pôr em prática a lei, aos olhos de Deus, natural, pela união ao mesmo tempo livre e indissolúvel, antes que a depuração moral da humanidade haja preparado e implantado o regímen dessa união, fora querer comer as uvas apenas terminada a floração da parreira. Esperai pela maturação.

Se a intolerância e a cegueira levarem os homens a vos recusar a bênção religiosa que eles ministram, mostrai-lhes que, descendo sobre vós a bênção que implorastes

ao Criador e que vos foi dada, em seu nome, pelos levitas que vos cercam - os bons Espíritos, os mensageiros divinos, e praticando vós o casamento segundo a lei natural perante Deus, em vós se cumpriram estas palavras de Jesus : "Já não são dois, mas uma só carne; não separe, pois, o homem o que Deus uniu."

Se fordes obrigados a dá-lo, depois de fazerdes o que seja humanamente possível por evitar o escândalo, esse exemplo ficará sendo uma baliza plantada para orientar a marcha da humanidade na estrada do futuro, que há de ver cumpridas as palavras, que vos vimos de explicar em espírito e em verdade, proferidas pelo Mestre.